



Copom mantém juros básicos da economia em 13,75% ao ano

Durante 40 anos, homicídios de mulheres foram subnotificados no país

Página 3

Governo de SP assina parceria na ONU para avançar na gestão do uso da água

Página 2

Brasil gerou 64 quilos de resíduos plásticos por pessoa em 2022

Dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2022 mostram que a geração de resíduos plásticos nas cidades brasileiras foi de 13,7 milhões de toneladas em 2022, ou 64 quilos por pessoa no ano. A publicação, divulgada na terça-feira (21), é elaborada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

De acordo com a pesquisa, o resíduo plástico é o tipo de poluente mais encontrado nos corpos hídricos do planeta: corresponde a 48,5% dos materiais que vazam para os mares. “Os dados mais recentes mostram que cerca de 22 milhões de toneladas de plásticos vazam para o meio ambiente a cada ano em todo o mundo, e uma parte considerável desses materiais tem os oceanos como destino”, destaca o presidente da Abrelpe e presidente da International Solid Waste Association, Carlos Silva Filho.

No Brasil, segundo a Abrelpe, mais de 3 milhões de toneladas de resíduos sólidos vão parar nos rios e mares todos os anos, quantidade suficiente para cobrir mais de 7 mil campos de futebol. “A melhor solução para o problema do lixo no mar reside justamente no aperfeiçoamento dos sistemas e infraestruturas de limpeza urbana nas cidades, que deve ocorrer com programas permanentes de educação ambiental implementados em todas as camadas da população”, diz Silva Filho.

Segundo a Abrelpe, cerca de 80% do total de resíduos encontrados nos mares são oriundos de atividades humanas desenvolvidas no continente, seja no litoral ou em regiões onde correm rios que deságuam em ambientes marinhos. (Agência Brasil)

PF desarticula grupo que planejava ataques contra autoridades



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Apesar da desaceleração da economia e das pressões de parte do governo, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quinta vez seguida em que o BC não mexeu na taxa, que permanece nesse nível desde agosto do ano passado. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes con-

secutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto. Página 12

Ministro norueguês diz que Brasil voltou a ser liderança ambiental

O ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, disse na quarta-feira (22) que o Brasil está retomando a liderança global que já teve, no que se refere à questão ambiental. A declaração foi dada durante o encontro que teve com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima,

Marina Silva.

Os dois ministros divulgaram uma declaração conjunta na qual reafirmaram a parceria bilateral em clima e florestas, iniciada em 2008, com o lançamento do Fundo Amazônia, pelo Brasil; e da Iniciativa Internacional para o Clima e Florestas (NICFI), pela Noruega. Página 3

População idosa feminina quase dobra no Estado de São Paulo

Página 2

Esporte

Pietro Fittipaldi larga na primeira fila em Sebring e time conquista sexto lugar

O brasileiro Pietro Fittipaldi viveu um final de semana de “maratona” de corridas nos Estados Unidos. Após largar na primeira fila, Pietro conquistou o sexto lugar nas 1000 Milhas de Sebring, na classe LMP2, do WEC. Correndo pela equipe JOTA, o brasileiro dividiu o Orega com os companheiros Oliver Rasmussen e David Heinemeier-Hansson.

Fittipaldi, que classificou o time na segunda posição do grid de largada, foi o responsável por abrir a corrida para a equipe e chegou a liderar parte da prova. Ao longo das oito horas de disputa, o time mostrou força e brigou por um lugar no pódio até os dez minutos finais, quando uma

parada nos boxes fez o trio do carro número 28 terminar na sexta colocação.

“Foi uma boa corrida e um final de semana bem especial aqui em Sebring, largando na frente e andando sempre na briga pela vitória, mas infelizmente acabamos fora do pódio. No WEC brigamos no grupo da frente na maior parte da prova e avançamos na segunda metade. Tivemos que fazer um pit stop no final e terminamos em sexto, somando pontos importantes neste começo de temporada”, disse Pietro Fittipaldi, que tem os patrocinadores de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, Fúria, PLGG e Fantom.

Apesar de terminar na sexta colocação, Fittipaldi, Rasmus-



Foto: Divulgação

sen e Heinemeier-Hansson estão na quinta posição na classificação do campeonato da LMP2. Isso porque os vencedores da

prova em Sebring e companheiros de equipe do brasileiro, David Beckmann, Ye Yifei e Will Stevens, não competem a tempo-

rada inteira e, assim, não somam pontos.

O final de semana de Fittipaldi nos Estados Unidos teve sequência no sábado com as 12 Horas de Sebring, uma das mais tradicionais provas de endurance do mundo, e que é válida pela IMSA. Pietro estava na briga pelo top-5, guiou boa parte da corrida entre os três melhores da categoria, mas o eixo da roda quebrou faltando apenas uma hora para o final da prova. Pietro correu ao lado dos companheiros Eric Lux e Devlin DeFrancesco pela equipe Rick Ware Racing.

O próximo desafio de Pietro será nas 6 Horas de Portimão, em 16 de abril, prova válida pelo Mundial de Endurance.

Endurance: Negrão e Gomes reeditam parceria campeã da última temporada



Foto: Bruno Terena

Campeões em 2022, Xandinho Negrão e Marcos Gomes vão reeditar a parceria vitoriosa da última temporada no Império Endurance Brasil. A partir deste fim de semana, a dupla da equipe A. Mattheis Motorsport vão acelerar pela competição, que reúne os carros mais rápidos do país. O campeonato inicia neste sábado (25), no autódromo Velocitta, em Mogi Guaçu (SP), onde os paulistas vão acelerar a mesma Mercedes AMG GT3 que deu a eles o título da classe GT3 no último ano.

A bordo da máquina alemã, Negrão e Gomes lideraram a

competição desde a primeira etapa em 2022 e chegaram a disputar, até o final, o título do campeonato na classificação geral, que abrange também os protótipos. “Quem sabe isso se repita em 2023. Vamos estar ainda mais entrosados e prontos para conquistarmos grandes resultados desde o primeiro momento em que entrarmos na pista”, destaca Negrão, que soma três títulos de GT3 no Endurance desde 2019.

Já Gomes comemorou a reedição da parceria com o antigo companheiro e amigo. “Tenho uma ótima relação com o Xandinho há muito tempo e ti-

vemos uma afinidade praticamente instantânea desde que passamos a acelerar a Mercedes AMG GT3 juntos”, definiu. “É um campeonato muito difícil e cheio de rivais duríssimos, mas fizemos um ótimo trabalho no ano passado e estamos preparados para repetir a dose”, finalizou.

A prova do Endurance no Velocitta, primeira de oito etapas em 2023, terá três horas de duração. A corrida começa às 10h deste sábado, com transmissão simultânea ao vivo, no canal de TV por assinatura Bandsports e no canal da categoria no YouTube.

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

31° C
18° C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,23
Venda:	5,23
Turismo	
Compra:	5,32
Venda:	5,42
EURO	
Compra:	5,68
Venda:	5,68

Governo assina parceria na ONU para avançar na gestão do uso da água

São Paulo inicia vacinação de pessoas com baixa imunidade contra mpox

A Prefeitura de São Paulo iniciou na quarta-feira (22) a vacinação contra mpox para pessoas que vivem com HIV ou Aids e apresentam quadro de baixa imunidade. Estão disponíveis 1,3 mil doses para pessoas a partir de 18 anos de idade. A imunização acontece em duas etapas, com intervalos de quatro semanas entre cada dose.

Também podem ser vacinar pessoas com idade entre 18 e 49 anos de idade que trabalham diretamente com Orthopoxvírus em laboratórios com nível de biossegurança 3.

A imunização está disponível nos serviços de Atenção

Especializada (SAE), que fazem parte da Rede Municipal Especializada em Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)/Aids. A lista com endereço dos locais está disponível na página da Secretaria Municipal de Saúde.

Conhecida como varíola dos macacos, a mpox se caracteriza pelo surgimento de erupções cutâneas (lesões, bolhas, crostas) em diferentes formas. Pode afetar todo o corpo, incluindo rosto, palmas e órgãos genitais. A transmissão acontece principalmente a partir do contato direto com essas lesões. (Agência Brasil)

Em evento na quarta-feira (22), dia Mundial da Água, na Conferência das Nações Unidas (ONU), que ocorre em Nova York, o Governo de São Paulo e a Agência Nacional de Águas (ANA) firmaram um protocolo de intenções para avançar na gestão dos recursos hídricos.

O termo permite o compartilhamento de informações das bases de dados de SP e da ANA no que tange à regulação do uso por meio de procedimentos integrados de outorga, em conformidade com os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040. A Conferência da Água das Nações Unidas, acontece até o dia 24 de março.

A iniciativa do Governo faz

parte do compromisso da atual gestão para a implementação integral dos 17 objetivos da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, na qual a água é elemento central.

O documento formaliza o processo de atuação conjunta, governo estadual e ANA, em prol das instâncias dedicadas à gestão de recursos das bacias hidrográficas e de políticas públicas para a segurança hídrica de São Paulo.

O protocolo define objetivos como estabelecimento de bases comuns de dados, integração entre os sistemas de outorga e aperfeiçoamento de normativos referentes à regulação dos usos de recursos hídricos.

“A governança no âmbito de bacias hidrográficas pressupõe uma ação tripartite, Estado, Mu-

nícipio e Governo Federal. O aprimoramento da gestão passa, por exemplo, pelo estabelecimento de bases comuns de dados de disponibilidade hídrica e de demanda por recursos hídricos, objetivos que serão perseguidos nesta parceria”, avalia a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

A outorga de uso de água é documento de gestão, regulação e previsão de uso de captação de recurso em bacias hidrográficas. O documento é um instrumento (autorização) que determina o quanto um usuário pode captar do recurso e prevê o controle quantitativo, de forma a permitir a distribuição adequada. A outorga também disciplina a captação e o uso, compartilhado ou não, do recurso.

“O Estado e a ANA vão compartilhar informações e com isso unificar as bases de dados, sendo possível prever com maior precisão quanto pode ser utilizado de uma determinada bacia hidrográfica. Quando vamos desenvolver uma política pública precisamos saber a situação das bacias, se ela está crítica ou não”, explica a Superintendente do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), Mara Ramos.

Outra questão importante é que com essa base de dados teremos transparência dos usuários cadastrados. Eventualmente em uma situação de enfrentamento de crise e escassez, ambos os órgãos poderão agir com celeridade para disciplinar regra diferenciada que atenda a necessidade daquele determinado momento.

SP ganha ferramenta para digitalizar processos e reduzir o uso de documentos de papel

Na quarta-feira (22) marcou um passo rumo à digitalização no Governo de São Paulo. O pontapé inicial foi dado pelo governador Tarcísio de Freitas nesta manhã, quando ele assinou eletronicamente um documento – o primeiro com o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta do Governo Federal para gestão digital de processos.

O acordo de cooperação técnica foi formalizado pelo Estado nesta manhã juntamente ao presidente do TRF-4, Ricardo Teixeira do Valle Pereira. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, com operação da Companhia

de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp).

“Queremos que os serviços digitais cheguem ao cidadão e a adesão ao SEI é um passo importante para darmos mais eficiência ao nosso processo de digitalização. Esse é um tema que vemos como fundamental, tanto que criamos uma secretaria voltada à digitalização”, reforçou Tarcísio de Freitas.

Entre as vantagens do SEI, estão a eficiência de processos sistematizados entre órgãos municipais, estaduais e federais; a variedade de formatos e tamanhos de documentos compatíveis; e a tramitação simultânea de processos em múltiplas unidades.

Durante o evento, o Governo de SP recebeu o código fonte para que as áreas técnicas possam atuar e iniciar a implementação do sistema integrado em toda a administração paulista. A introdução do SEI nos processos administrativos do Estado será feita gradualmente, a partir da Secretaria da Casa Civil, com lançamento oficial previsto para o próximo dia 10 de abril. Já inclusão das demais secretarias e das administrações diretas e indiretas virão posteriormente, de forma escalonada.

“Essa é uma revolução que será feita na Administração Pública e que trará benefícios para o Estado e para o cidadão paulista”, destacou o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima. A nova ferramenta digital, que substituirá o SP Sem Papel, garante aos servidores paulistas mais facilidade na produção, tramitação, transparência e gestão de documentos administrativos. “A transformação digital significa cidadania e eficiência. Mesmo o SEI sendo utilizado para processos internos, se reflete em melhorias para o cidadão, que tem a serviços prestados de forma mais eficiente”, afirmou o secretário-executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital, Leonardo Sultani.

blica e que trará benefícios para o Estado e para o cidadão paulista”, destacou o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima. A nova ferramenta digital, que substituirá o SP Sem Papel, garante aos servidores paulistas mais facilidade na produção, tramitação, transparência e gestão de documentos administrativos. “A transformação digital significa cidadania e eficiência. Mesmo o SEI sendo utilizado para processos internos, se reflete em melhorias para o cidadão, que tem a serviços prestados de forma mais eficiente”, afirmou o secretário-executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital, Leonardo Sultani.

População idosa feminina quase dobra no Estado de São Paulo

A projeção de mulheres com 60 anos ou mais é de 4,3 milhões para o ano de 2023, segundo estudo da Fundação Seade do Governo de SP. Os números representam 18,5% da população feminina do Estado de São Paulo, enquanto no início do século XXI este percentual equivalia à metade: 9,9%.

As mulheres entre 60 e 64 anos respondem por 30% das idosas em 2023, reduzindo essa participação à medida

que se avança na idade. Numericamente, a população feminina idosa supera em 32% a masculina, ou seja, há 132 mulheres com 60 anos ou mais para cada 100 homens nessa faixa etária.

Todas as regiões administrativas apresentam volume populacional de mulheres superior ao de homens, sendo essa razão ainda maior na parcela de idosos. A maior diferença é registrada na região de Santos,

com 141 idosas para cada 100 idosos, seguida da Região Metropolitana de São Paulo (139), enquanto as menores são encontradas nas regiões de Registro (110) e Itapeva (113).

Resultados por regiões

As regiões de Presidente Prudente e São José do Rio Preto detêm as maiores proporções de idosas, com 22% da população feminina com 60 anos ou mais, seguidas das

regiões de Araçatuba, Marília e Barretos (21%). No outro extremo, aparece a região de Itapeva, com 17%, seguida de Registro, Sorocaba, RM São Paulo, São José dos Campos e Ribeirão Preto (18%).

A expressiva proporção de idosas exige maiores cuidados e atenção às suas necessidades em áreas como saúde, transporte e habitação, visando à melhoria de sua qualidade de vida.

Estado de SP vai investir R\$ 106 milhões para construção de 8.700 casas

O Governo de São Paulo vai destinar R\$ 106,8 milhões para financiar o sonho da casa própria para mais de 8,7 mil famílias paulistas. Na quarta-feira (22), o governador Tarcísio de Freitas assinou a autorização para a concessão de recursos para subsidiar a aquisição de 8.711 imóveis em 30 cidades do Estado.

Veja aqui a tabela com os beneficiados

“Uma das nossas metas é aumentar a provisão de habitação por meio da ação da CDHU em parceria com a iniciativa privada. E é isso que estamos celebrando, em que o Estado ajuda as famílias de baixa renda a con-

quistarem o financiamento da casa própria. Temos o melhor setor de construção do Brasil e seremos facilitadores para atacarmos o déficit habitacional do Estado”, afirmou Tarcísio de Freitas.

Os recursos serão aportados por meio do Programa Casa Paulista, na modalidade Nossa Casa, que fornece cheque-moradia a famílias com renda mensal de até três salários-mínimos para a aquisição de unidades habitacionais (UHs) em empreendimentos aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SDUH). Essa modalidade é um subsídio concedido pelo Governo do Estado para o abatimento do valor final do con-

trato de financiamento do imóvel junto às construtoras.

Podem solicitar acesso ao Nossa Casa as famílias que se enquadrarem nos critérios do programa e devidamente aprovada pela Caixa Econômica Federal, que concede o financiamento habitacional das moradias. O valor do subsídio varia de acordo com a localização do imóvel, variando de R\$ 10 mil a R\$ 16 mil.

“Vamos apoiar as famílias a acessarem o crédito e que elas possam entrar no mercado formal para comprar o imóvel diretamente do mercado. Estamos dando apoio direto para o mutuário, para que eles possam comprar suas casas dentro dos seus rendimentos. Esse apoio é a for-

ma mais estruturante de diminuir o déficit habitacional”, destacou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

O comprador pode contar ainda com subsídios federais e utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no financiamento habitacional, quando disponível. Desta forma, o valor das prestações fica compatível com a capacidade de pagamento das famílias.

Também participaram do ato o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima; e o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi-SP), Rodrigo Luna.

Corrida inaugural do aplicativo MobilizaSP será realizada nesta sexta-feira (23) na capital

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT), divulga a data para a corrida inaugural do mobilizaSP, aplicativo da gestão pública para o transporte individual de passageiros. A estreia será no dia 23 de março, às 12h. O trajeto deverá começar Alameda Santos, 2233 (Jardim Paulista), e irá até o Viaduto Jacareí, 100 (Bela Vista).

Os motoristas cadastrados, bem como os passageiros, poderão conferir, na prática, as funcionalidades do aplicativo. O objetivo da novidade é proporcionar preços mais justos aos passageiros e maior remuneração

para os motoristas.

Lançado no último dia 09 de março, o aplicativo já soma 23.224 usuários e 25.866 motoristas cadastrados e estará disponível para uso geral a partir das 13 horas do dia 23 de março.

Para os usuários que desejam fazer o cadastro, é preciso baixar o aplicativo “mobilizaSP Passageiro”, que já está disponível para sistemas Android ou iOS. Após essa etapa, é necessário preencher as informações pessoais como, por exemplo, nome, número de telefone e e-mail.

O mobilizaSP está disponível para partidas da cidade de São Paulo e com destino de acordo com a

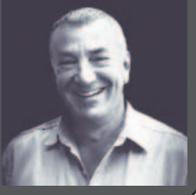
viagem do cliente, sendo possível ir para outras cidades e não há a tarifa dinâmica nos horários de maior pico. Além disso, serão aceitos os pagamentos por meio de dinheiro, cartões de crédito, débito e crédito no aplicativo.

Há também a versão “mobilizaSP Motorista”, exclusivo para os parceiros que desejam trabalhar com o mobilizaSP. Também é necessário passar por um breve cadastro e validação das informações. Com isso, os motoristas terão uma maior remuneração, pois a taxa de administração é de 10,95% (fixa), valor menor se comparado com outras plataformas que já existem no mercado.

O mobilizaSP está disponível gratuitamente para Android e iOS.

O mobilizaSP é um aplicativo de mobilidade urbana, que oferece benefícios para a população. Com o objetivo de garantir mais segurança e preços justos a motoristas e passageiros, é a única plataforma administrada pela gestão pública (Prefeitura de São Paulo). O mobilizaSP conta com taxa fixa de administração de 10,95% para o motorista, monitoramento de todos os veículos em tempo real, e não tem a tarifa dinâmica para o passageiro. O mobilizaSP pode ser acessado via aplicativo disponível para Android e iOS.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos de vereadores e vereadoras na Câmara da cidade de São Paulo

PREFEITURA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre o governo do cristão e prefeito Ricardo Nunes, que está no mandato de prefeito na cidade de São Paulo

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos de deputados e deputadas na Assembleia do Estado de São Paulo

GOVERNO (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre os cristãos Tarcísio e Felício Ramuth, que estão nos mandatos de governador e vice do Estado de São Paulo

CONGRESSO (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado, pelo Estado de São Paulo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre os cristãos Lula e Alckmin, que estão nos mandatos de presidente e vice da República Federativa do Brasil

PARTIDOS (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que dirigem os partidos políticos que representam as partes da sociedade brasileira

JUSTIÇAS (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas e justiças do mundo - sobre cristãos e cristãs que exercem seus cargos em todos os níveis das Justiças estaduais e federais ...

HISTÓRIAS (Mundo)

Literatura Bíblica : “Não há salvação em nenhum outro (que não o Cristo), porque debaixo do Céu não existe nenhum outro nome, dado entre os humanos, pelos quais possamos ser salvos”

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Durante 40 anos, homicídios de mulheres foram subnotificados no país

As taxas de homicídio de mulheres foram subnotificadas no Brasil por um período de 40 anos, de 1980 a 2019. O aumento foi de 28,62%, passando de 4,58 homicídios por 100 mil mulheres para 5,89, na mesma razão.

Os dados são de um estudo realizado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Instituto Nacional do Câncer (Inca), e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), óbitos acima de 3 para 100 mil mulheres já caracterizam a região como de extrema violência.

Para chegar a este resultado,

a pesquisa empregou um método de correção ao analisar as mortes violentas de mulheres para tentar identificar a violência de gênero, a partir de dados do registro de óbito do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/Datasus).

Karina Meira, pesquisadora da UFRN e coordenadora do estudo, explica o método utilizado:

“Existem técnicas demográficas que permitem identificar fatores de correção para esse problema de subnotificação. Primeiro nós fizemos a correção para as causas indeterminadas e depois nós fizemos as correções para a subnotificação, e aí a gente teve um número de óbitos, de ho-

micídios, corrigido”.

O estudo apresenta alta frequência de óbitos de mulheres causados por violência em todas as regiões brasileiras. Na Região Norte, por exemplo, esse tipo de ocorrência foi 49,88% maior do que o apontado pelo governo. O menor índice foi observado na Região Sul, embora também tenha sido registrado aumento de 9,13%.

Rafael Guimarães, pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fiocruz, e coautor do estudo, explica essas disparidades entre regiões.

“A gente tem aí uma redução do risco de óbito para o Sudeste e para o Sul e um aumento no Norte e Nordeste, o que signi-

fica dizer que ao longo destes últimos 40 anos, gradativamente, esse problema de saúde pública foi se tornando particularmente mais penalizante para mulheres do Norte e do Nordeste do que pro Sul do Brasil”.

Recorte racial

Outro dado alarmante é quanto aos assassinatos de mulheres negras. Entre 2009 e 2019, o Brasil registrou uma redução dos homicídios de mulheres brancas, e um aumento entre mulheres pretas.

Em 2019, uma mulher negra sofria um risco, em média, 1,7 vez maior de ser assassinada, sendo a situação mais grave em alguns estados. No Rio Grande do Norte, por exemplo, uma mulher preta corria risco 5,1

vezes maior de ser morta.

Karina Meira reforça que esse resultado reflete a persistência do racismo no país.

“A gente é um país que tem um racismo, que a gente viveu a escravidão por mais de 300 anos, e nós temos um país em que os corpos negros, tanto de mulheres quanto de homens, têm menos valor”.

Recorte etário e regional

A faixa etária também foi analisada pelo estudo, que aponta que mulheres entre 20 e 39 anos enfrentam risco maior de sofrerem violência do que mulheres de outros grupos etários.

O local também influencia. Uma mulher em cidades em que a cultura patriarcal é mais conservadora enfrenta maior risco

de sofrer violência doméstica do que mulheres em localidades em que há mais discussão sobre violência.

Rafael Guimarães ressalta a importância da pesquisa.

“A gente considera importante discutir o assassinato de mulheres neste mês em particular de março porque é o mês em que a gente celebra o Dia Internacional da Mulher e a gente pretende que este nosso diagnóstico seja uma pequena contribuição para os estudos de iniquidades do gênero neste país”.

A análise também apontou os principais métodos usados nos assassinatos, entre eles armas de fogo, objetos contundentes ou perfurantes e estrangulamento. (Agência Brasil)

Flávio Dino diz que Polícia Federal mostrou que não é aparelhada

Durante almoço com advogados promovido na quarta-feira (22), em São Paulo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, fez elogios à atuação da Polícia Federal, que deflagrou uma operação na quarta-feira, para desarticular uma organização criminosa que pretendia realizar ataques contra servidores públicos e autoridades.

“Hoje, nós mostramos como atua a Polícia Federal, que não é aparelhada politicamente. Ao contrário do que estão dizendo nesse momento na internet”, disse.

Entre os alvos dos criminosos estavam o ex-juiz e senador Sérgio Moro e o promotor Lincoln Gakiya, que investiga a atuação da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) há anos, informou Flávio Dino.

No evento promovido pelo Instituto dos Advogados de São

Paulo (Iasp), o ministro negou que a Operação Sequaz tenha sido deflagrada por motivos políticos, já que na terça-feira (22) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu uma entrevista em que disse que, quando estava preso em Curitiba, queria se vingar do então juiz Sérgio Moro, que comandava a Operação Lava Jato e o condenou à prisão.

“Estão dizendo que a operação tem a ver com a política. Mas não, é o contrário. Nós hoje mostramos qual a orientação do presidente Lula e dos ministros. Fazer o bem sem olhar a quem. A Polícia Federal atuou com muita eficiência, com a graça do Nosso Senhor Jesus Cristo”, disse Flávio Dino.

Em entrevista concedida no mesmo local do almoço, o ministro disse que a Polícia Federal estava investigando a quadri-

lha há pelo menos 45 dias, desde que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o avisou de que havia um plano de execução de Moro. E foi a própria PF quem decidiu deflagrar a operação na quarta-feira.

Ainda segundo o ministro, a Polícia Federal continua investigando as razões pelas quais os criminosos tinham Sérgio Moro como alvo, mas as principais hipóteses são extorsão mediante sequestro, chantagem ou até mesmo assassinato.

Bolsonaro

Na entrevista, Flávio Dino também comentou sobre uma publicação do ex-presidente Jair Bolsonaro, no Twitter, com insinuações de que as ações contra as autoridades públicas poderiam ter sido orquestradas pela esquerda. “Em 2002, Cel-

so Daniel, ex-prefeito de Santo André, assassinado; em 2018, Jair Bolsonaro, o episódio da facada durante a campanha presidencial e agora Sérgio Moro. Tudo não pode ser só coincidência. O Poder absoluto a qualquer preço sempre foi o objetivo da esquerda”, escreveu Bolsonaro.

Em resposta, Flávio Dino condenou as insinuações. “Há pessoas irresponsáveis que, para tentar escapar de suas próprias responsabilidades, tentam, infelizmente, levar o debate político brasileiro para o nível da lama. E nós não aceitamos isso”, disse. “Quer dizer que é repugnante a ação política dessa extrema-direita desviada e aloprada querendo, neste momento, desqualificar o trabalho sério da Polícia Federal, trabalho esse que salvou a vida, graças a Deus, do senador Sérgio Moro”, acrescentou. (Agência Brasil)

Petrobras reduz preço do diesel para as distribuidoras

O preço médio de venda de diesel A da Petrobras para as distribuidoras será mais baixo a partir desta quinta-feira (23). Com a redução de R\$ 0,18 por litro, o valor passará de R\$ 4,02 para R\$ 3,84 por litro.

Em nota, a Petrobras informou que a sua parcela no preço ao consumidor será, em média, R\$ 3,45 a cada litro vendido na bomba, após considerar a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos.

De acordo com a companhia, os principais motivos do recuo são a manutenção da competitividade dos seus preços “frente às principais alter-

nativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos de refino”.

A petroleira destacou ainda que na definição de preços preserva a competitividade, mas evita o repasse das frequentes mudanças do mercado internacional. “Ciente da importância de seus produtos para a sociedade brasileira, a companhia destaca que na formação de seus preços busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente”. (Agência Brasil)

Ministro norueguês diz que Brasil voltou a ser liderança ambiental

O ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, disse na quarta-feira (22) que o Brasil está retomando a liderança global que já teve, no que se refere à questão ambiental. A declaração foi dada durante o encontro que teve com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Os dois ministros divulgaram uma declaração conjunta na qual reafirmaram a parceria bilateral em clima e florestas, iniciada em 2008, com o lançamento do Fundo Amazônia, pelo Brasil; e da Iniciativa Internacional para o Clima e Florestas (NI-

CFI), pela Noruega.

“Por meio do Memorando de Entendimento bilateral de 2008, a Noruega apoiou o Fundo Amazônia, que se tornou modelo para várias outras parcerias bilaterais. Nos anos seguintes, o Brasil continuou a alcançar uma redução notável do desmatamento na Amazônia e apresentou um dos mais importantes resultados de mitigação climática do mundo”, disse, em nota, o MMA.

Barth Eide disse à ministra brasileira que “o Brasil mostrou liderança global no passado e está fazendo isso novamente agora”. Ainda segundo o norue-

guês, a comunidade internacional não deve poupar esforços para mobilizar todas as ferramentas e recursos disponíveis para fazer parceria com o governo brasileiro. Ele reforçou que a Noruega está “profundamente comprometida em permanecer como um parceiro próximo e de longo prazo do Brasil”.

Tanto Barth Eide como Marina Silva defenderam uma “operacionalização rápida dos recursos disponíveis no Fundo Amazônia para apoiar as necessidades críticas identificadas pelo Brasil para reduzir o desmatamento e promover o desenvol-

vimento sustentável e inclusivo na Região Amazônica”.

O ministro norueguês disse que seu país vai apoiar o Brasil na mobilização de recursos adicionais para o Fundo Amazônia, bem como para aumentar cooperação, investimentos e financiamentos público e privado.

“Nesse contexto, ambas as autoridades se comprometeram a trocar pontos de vista sobre a melhor forma de aproveitar as oportunidades emergentes de diferentes abordagens, incluindo pagamentos baseados em resultados e mercados jurídicos de carbono”, informou o MMA. (Agência Brasil)

Operação procura responsáveis por ataques no Rio Grande do Norte

Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretaria Estadual da Administração Penitenciária e Força Nacional deflagraram na quarta-feira (22) a Operação Sentinela. É para combater a organização criminosa responsável por ataques criminosos iniciados na madrugada do dia 14 em diversos municípios do estado.

Segundo o MPRN, 13 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão são cumpridos em Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Canguaretama, Bom Jesus, Santo Antônio, Caiçara do Norte, Acari e Macau.

Pelo menos dois homens já foram presos em flagrante durante a operação, de um total de 18 prisões decretadas. Cinco dos alvos não foram localizados, motivo pelo qual já são considerados foragidos da justiça. Os nomes dos presos ainda não foram divulgados.

Mulher é presa

“Todos os mandados foram direcionados a pessoas suspeitas de integrarem o Sindicato do Crime do RN (SDC), organização criminosa vinculada aos ataques à sociedade potiguar na última semana. Entre as 13 pessoas presas, uma é mulher. Dentro da facção elas são conhecidas como ‘cunhadas’ – mulheres de faccionados que acabam integrando a organização criminosa”, informou, em nota, o Ministério Público estadual.

As ações das forças policiais resultaram também na apreensão de armas, drogas, aparelhos de telefonia celular, docu-

mentos e dinheiro em espécie.

De acordo com os investigadores, a maior parte dos presos “já tem condenação por envolvimento com organização criminosa, tráfico de drogas, roubos e homicídios, sendo que alguns deles cumpriam pena em regime semiaberto, com uso de tornozeleiras eletrônicas”.

Alguns dos presos violaram o sistema de monitoramento eletrônico “coincidentemente antes e durante ataques registrados nos últimos dias”, informou o MPRN.

“Para os investigadores, não existem dúvidas sobre o poder de mobilização das centenas de membros da organização criminosa. A sensação de terror sentida e presenciada pelos potiguares nos últimos dias, decorrente dos ataques criminosos perpetrados contra instituições públicas e privadas e contra agentes de segurança pública, retrata bem tal panorama”, detalhou a nota.

As pessoas presas durante as ações de hoje são, segundo os procuradores, “lideranças da organização criminosa em liberdade que exercem ou exerceram funções relevantes para a facção”.

Entre os crimes cometidos está o de constituir e integrar organização criminosa, delito cuja pena pode ser de reclusão de três a oito anos, podendo ser aumentada nos casos em que se tenha feito uso de arma de fogo; ou “agravada” nos casos em que os condenados sejam identificados como líderes.

Participam da Operação Sentinela três promotores de justiça; 16 servidores do MPRN; 60 policiais federais; 31 policiais rodoviários federais; 96 policiais militares; e 24 policiais penais. (Agência Brasil)

STF homologa acordo para gestão integrada de Fernando de Noronha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski homologou, na quarta-feira (22), o acordo entre o governo federal e o estado de Pernambuco para gestão compartilhada do arquipélago de Fernando de Noronha. O documento foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, durante visita do presidente ao estado.

Para o ministro do STF, com esse acordo, o patrimônio

ambiental está sendo valorizado, assim como o diálogo entre as unidades da federação e os poderes da República.

“Entendemos que diante da importância desse assunto, deveríamos tentar uma conciliação. Depois de mais de um ano de negociação, de mais de 50 reuniões, chegamos a um modelo que pode ser um paradigma para todo o país, de uma gestão compartilhada de áreas de importância para a preservação ambiental”, disse o

ministro. “Estamos inaugurando uma nova era, encerramos o litígio e começamos a era de diálogo e harmonia”, completou.

O acordo estabelece marcos claros de preservação ambiental e de gestão urbana da ilha, com ordenação do uso do solo. As regras preveem que não poderá ocorrer a ampliação do perímetro urbano e construções irregulares deverão ser coibidas e demolidas, se estiverem em desconformi-

dade com as normas ambientais do arquipélago.

A gestão de Fernando de Noronha passou a ser questionada no STF após o governo de Jair Bolsonaro pedir que o território fosse declarado domínio da União pelo suposto descumprimento do acordo de compartilhamento firmado em 2002. As alegações sempre foram contestadas pelo governo de Pernambuco. Desde 1988, a ilha pertence ao governo estadual. (Agência Brasil)

Projeto poderá ampliar proteção ao Pantanal

Uma proposta que visa proteger o Pantanal de Mato Grosso do Sul da expansão da monocultura tramita na Assembleia Legislativa. O deputado estadual Pedro Kemp (PT) apresentou, na terça-feira (21), o Projeto de Lei (PL) 69/2023, de autoria de Amarildo Cruz (PT), que faleceu em 17 de março. Agora, a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Caso o texto seja aprovado em plenário, empresários do agronegócio deverão esbarrar em restrições. Com o projeto, a abertura de novas áreas destinadas a monoculturas - como o plantio de soja e a expansão de lavouras - terá proibições “rigorosamente observadas nas áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na legislação estadual e no Código Florestal”.

Se a proposta se tornar lei, ficará instituído o Programa Estadual de Proteção e Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Sul-Mato-Grossense, que deve melhorar a delimitação e a proteção de áreas prioritárias para conservação e recuperação de ecossistemas e estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre o bioma e de projetos de educação ambiental e de capacitação. O programa ainda deve-

rá servir de base para atividades de ecoturismo e turismo sustentável na região.

Segundo o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD), do MapBiom, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 50,5% nas notificações que alertam para casos de desflorestação. Houve, também, crescimento de 15,7% da área desmatada no período. (Agência Brasil)

Lula inaugura primeiro complexo associado de energia renovável

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na quarta-feira (22), da inauguração do Complexo Renovável Neenergia, no município de Santa Luzia, interior da Paraíba. Segundo o governo, esse é o primeiro complexo associado de geração de energia renovável no Brasil que integra a geração de energias eólica e solar fotovoltaica.

Em seu discurso, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou a intenção do governo em aumentar a participação de energia limpa no parque de geração do país. Além disso, para ele, os empreendimentos nesse setor podem ser indutores da industrialização na Região Nordeste.

“É geração de emprego e renda para nossas irmãs e irmãos nordestinos, é um símbolo do aproveitamento sustentável dos recursos naturais do país. Um complexo que soube unir geração eólica com geração solar tão abundantes no nosso querido Nordeste, um verdadeiro protagonismo do Brasil na transição energética”, disse Silveira. “O sol e o vento serão os maiores indutores do desenvolvimento do Nordeste brasileiro, por meio da geração de energia limpa e renovável”, completou.

Com um investimento de cerca de R\$ 3 bilhões, o projeto da Neenergia destaca-se pela ação simultânea entre os parques eólico e solar, com o uso da mesma subestação e das linhas de transmissão. O modelo objetiva otimizar o uso da rede de transmissão em função da complementaridade das fontes de energia.

O empreendimento se estende por uma área de 8,7 mil hectares nos municípios paraibanos de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São José de Sabugi e São Mamede. Cerca de 250 famílias da região foram beneficiadas com o arrendamento de terras para a instalação dos aerogeradores e painéis fotovoltaicos. A energia gerada pelo complexo é de 0,6 gigawatts, suficiente para abastecer 1,3 milhão de residências por ano.

Em nota, a Presidência da República destacou o avanço da capacidade do Brasil na geração de energia limpa. “Ao fim de 2006, ano anterior ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) [de investimentos em infraestrutura], a capacidade instalada de usinas eólicas era de 237 megawatts. Em 2014, a potência instalada chegou a 3.106 megawatts”, informou. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Companhia Energética Chapeco - CEC
CNPJ/ME nº 04.041.804/0001-90 - NIRE 35.300.46899-6
Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 23 de Fevereiro de 2023
A Reunião da Diretoria foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, às 11h, na sede social da Companhia Energética Chapeco - CEC (“Companhia”) localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Verbo Divino, nº 1488, SA 58, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-904, estando presente a totalidade dos membros da Diretoria os Srs. Marcelo Cunha Ribeiro e Rogério Gonçalves Pizeta, na qual foi aprovado: a adequação da CNAE da sede social da Companhia registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.300.468.996, inscrita no CNPJ sob o nº 04.041.804/0001-90, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1488, SA 58, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-904, a fim de (i) incluir a seguinte atividade econômica principal, qual seja: (a) **Geração de energia elétrica (CNAE 35.115-01)**; e (ii) incluir a seguinte atividade secundária, qual seja: (a) **Comércio atacadista de energia (CNAE 35.131-10)**; (iii) excluir como atividade econômica principal: **Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (CNAE 82.19-9-99)**. Registrada na JUCESP sob o nº 100.347.23-0, em sessão de 09/02/2023. Versão na íntegra está disponível no website https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.

“Câmara de Comércio Argentino Brasileira de São Paulo” - CNPJ Nº 60.930.849/0001-96
Edital de Convocação - A Diretoria da Câmara de Comércio Argentino Brasileira de São Paulo, em conformidade com as disposições estatutárias, convoca todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais para as **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**, a serem realizadas cumulativamente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pirene de Moraes, 1201, 6º andar, JARDIM PAULISTA, CEP 05419-001, no dia 30 de março de 2023, em primeira convocação, às 17:30h, com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos associados com direito a voto, ou, em segunda convocação, às 18:00h do mesmo dia, com qualquer número de associados com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Balanco Patrimonial e Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022** e respectivas contas de resultado; **Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo**; **Apresentação de novos membros do Centro de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA)**; **Apresentação do Cronograma Geral para 2023**; **Alteração do Estatuto Social**; **Alteração do endereço da sede social**; **Alteração da forma de convocação de Assembleias**; e Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 21 de março de 2023. **Federico Antonio Servideo** - Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº 1989190.01.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Exequido: NITIMAR NUNES DE OLIVEIRA. Foro Central Cível, 9º Ofício, Citação - Prazo 20 dias - Processo nº 1068190-91.2022.8.26.0100. O Dr. Valdir da Silva Queiroz, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível, Foro Central Cível, na forma da Lei. Faz saber a **Balmain Modas e Confeções Eireli** e **Contra** CNPJ 21.498.580/0001-6, na pessoa de seu representante legal e a **Rute Maria da Silva**, CPF 02.411.496-14, que Banco Santander (Brasil) S.A., ajuizou uma Ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R\$ 292.715,92 (292.715,92), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 003317170000019161. Operação 117100001910309151. Estando a executada em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a flur após os 20 dias supra, pague o “quantum” reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se, que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a flur após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando as execuções nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custos e honorários, requerer o pagamento do saldo em 16 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revés (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 11/05/2022. B-22 e 23

TRONOX **TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.**
CNPJ/ME 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da **Tronox Pigmentos do Brasil S.A.** (“Companhia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 11 de abril de 2023, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica (Plataforma Microsoft Teams), nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81”), a ser lida como realizada na sede social da Companhia, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 126.803.572,07 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e sete centavos), por jugá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem cancelamento de ações, mediante constituição dos atos societários que comprovem a outorga de poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procurador), bem como documento de identidade com foto dos representantes legais; (ii) Extrato nos montantes de R\$ 16.803.572,07 (dezesseis milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e sete centavos), mediante capitalização de parte da reserva legal, sem a emissão de novas ações; (iii) Alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações tomadas nos itens (i) e (ii); e (iv) Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. **Instruções Gerais:** 1. Para que sejam admitidos na Assembleia Geral Extraordinária, os titulares de ações emitidas pela Companhia (“Acionistas”) deverão enviar à Companhia os seguintes documentos, conforme detalhado no Manual de Participação: (I) Se for Pessoa Física: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); Se for Pessoa Jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado e cópia dos atos societários que comprovem a outorga de poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procurador), bem como documento de identidade com foto dos representantes legais; (ii) Extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; e (iii) Instrumento de mandato em caso de Acionista representado por procurador. 2. Os acionistas ou respectivos procuradores que desejarem participar da Assembleia deverão enviar à Companhia todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme detalhado acima, no Manual de Participação e na Proposta da Administração, até às 10 horas do dia 4 de abril de 2023. 3. Informações detalhadas sobre o acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam do Manual para Participação. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Extraordinária encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.tronox.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br). Brasil, Boies, Bahia, São Paulo (www.bv.com.br), Carnaxi, 20 de março de 2023. **Roberto Garcia de Souza** - Presidente do Conselho de Administração.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **TATIANA EMILIANO OLIVEIRA**, brasileira, solteira, maior, agente administrativo, RG nº 29.933.056-4-SSP/SP, CPF nº 296.181.288-73, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Farid Miguel Haddad nº 350, apartamento nº 44, T140, Vila Santa Teresa, fica intimada a purgar a mora referente a 100 (cento) prestações em atraso, vencidas de 15/10/2014 a 15/01/2023, no valor de R\$129.921,74 (cento e vinte e nove mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$157.676,78 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos), que atualizado até 20/03/2023, perfaz o valor de R\$198.022,07 (cento e noventa e oito mil e vinte e dois reais e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Farid Miguel Haddad nº 235, apartamento nº 44, localizado no 4º andar da Torre 10, integrante do Condomínio Residencial Vila Áurea, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrada sob nº 4 na matrícula nº 195.578. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00h e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a flur após a última publicação deste. Fica a devedora desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de março de 2023. O Oficial.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 024948.001.2023.8.26.0100, do Juízo de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central Cível, em São Paulo, Estado de São Paulo, em face de **ADRIANO MARCOS LARCA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE** que o(a) **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ** move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/194 contra Espólio de José Lopes Raposo, Maria Celeste de Sousa Lopes, CPF 922.110.038-34, e Ocimar Menezes Lopes, CPF 022.879.448-00, objetivando o imóvel situado na Rua Pedro Teófilo Pires, nº 350 e 354, Parque Novo Mundo, São Paulo/SP com área de 351,62m², contribuinte municipal nº 063.172.003-0, declarado de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 60.272/2014, mediante pagamento de indenização, por 1. Sentença dada em 07/07/2021, no valor de R\$ 1.187.556,26 (junho/2015), acrescido juros de mora de 6% ao ano, a partir do trânsito em julgado (súmula 70, STJ), se o caso. Por o levantamento dos dados afetados atuais a serem mantidos pelo detentor e a execução do edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Diário Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei 3.385/41, o qual, por extrair, será afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de outubro de 2022. B-22 e 23

UFV BR XXXII EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/ME n. 39.341.526/0001-70 - NIRE 35.236.428.526
5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
Greenvelly do Brasil Holding de Engenharia Empreendimentos e Participações S.A. CNPJ/ME nº 41.475.390/0001-33, neste ato representada por seu Diretor Financeiro, Sr. Fernando Slade Carlos de Oliveira, CPF/ME nº 025.946.377-93, na qualidade de única sócia da Ufv Br XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., CNPJ/ME nº 39.341.526/0001-70. Resolve, alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme a seguir: Estando o capital da Sociedade totalmente integralizado e não circulante em nome do titular, a presente alteração do contrato social da Sociedade, passando o titular da Ufv Br XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. Pela Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A sócia resolve, neste ato, **aprovar a incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.** Em consequência da aprovação da incorporação, neste ato, fica a Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. extinta para todos os fins de direito. Dando sequência às deliberações, a sócia decide a integração do Protocolo como **Anexo A** ao Contrato Social da Sociedade, passando o titular da Ufv Gybr XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda., de titular do capital social da Sociedade, conforme dispõe: **Da Cisão Parcial da Sociedade e Incorporação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.**, celebrado em 27 de junho de 2022, Decida a sócia, ainda, ratificar a incorporação feita pelos diretores da Sociedade por meio do Protocolo, da empresa especializada **Premiumbravo Auditores Independentes**, CNPJ/ME nº 07.796.259/0001-30, representada por seu sócio, Sr. Luiz Aurélio Alves Barreto, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 1.967.078/2012, que apresentou o Relatório de Avaliação da Ufv Gybr IX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda., com base em balanço levantado em 31/05/2022. A só



TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S. A.

CNPJ/ME Nº 17.072.752/0001-53 - NIRE 35.300.584.465
Relatório da Administração Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022

e Mateus Leme II, que somam 6,8 MWp, sendo que Mateus Leme I foi concluída em dez/22 e Mateus Leme II será finalizada em mai/23.

Acesso do mercado de capitais e estruturamos nosso primeiro CRI, que trouxe recursos para executar as UFVs Pedra da Gávea e Pedra Bonita, ambas localizadas no Rio de Janeiro, com 6,4MWp de potência cada uma, sendo que Pedra Bonita foi concluída em dez/22, enquanto a finalização de Pedra da Gávea está estimada para mar/23. Ao final do ano de 2022 iniciamos a construção da UFV Corcovado, com potência de 3,4 MWp, também localizada no Rio de Janeiro, com conclusão prevista para jul/23.

Destes forma, finalizamos o ano com um total de 29,7 MWp, dos quais 16,2 MWp foram concluídos, superando em 25% o objetivo do ano; e 13,5 MWp encontram-se em obras, com equipamentos entregues, recursos reservados e conclusão planejada para o primeiro semestre de 2023. Além disso, incrementamos nosso pipeline de projetos e finalizamos o ano com mais de 120MWp em desenvolvimento na região Nordeste.

Nossa área de gestão de contratos de energia, conquistou importantes empresas para nosso portfólio de clientes, contribuindo para o incremento de 44 novos grupos econômicos, e mais de 139 unidades consumidoras para nossa carteira. Esse avanço refletirá em aumento de mais de 15% no faturamento da atividade, devendo ultrapassar R\$ 13 milhões em 2023. Em setembro realizamos a maior operação de energia elétrica da história do nosso continente. Foram

transacionados cerca de 11,3 mil GWh, volume que corresponde a 23% do consumo médio mensal do nosso país, reforçando nossa consolidação no setor, provando que nossa transparência, constância nos resultados, solidez financeira e relação com parceiros permitem abrir portas e acessar operações restritas, que podem gerar bons resultados.

Atualmente realizamos operações com mais de 80% dos 100 maiores consumidores do país, que contribui para atingirmos em 2022 o melhor resultado da nossa área de trading desde a fundação da companhia.

Acompanhando o crescimento da empresa, reforçamos nosso time financeiro e otimizamos pela implantação de um ERP, firmando parceria com a Oracle, seguindo com o compromisso de melhoria contínua, agilidade, clareza e transparência em nossas Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar o relacionamento com os agentes dos mercados financeiro e de capitais, reduzindo a burocracia e custo para obtenção de crédito.

Assim, embora marcado pelo desafio do crescimento e dos investimentos em um novo negócio, o ano de 2022 elevou o patamar da companhia e nos consolidou como um dos mais relevantes players do setor de energia elétrica do país. Contudo, o que mais nos orgulha é ter alcançado esses resultados sempre pautados pela ética, responsabilidade e comprometimento com as melhores práticas de ESG.

O planejamento de 2022 foi pautado no ritmo de crescimento e resultado dos anos anteriores, mesmo considerando o desafio do aumento dos custos administrativos motivado (i) pela melhoria da governança corporativa, com a implementação do Conselho de Administração e (ii) pela criação da estrutura operacional para acelerar os investimentos em geração de energia renovável, que trará receita a partir de 2023.

O ano iniciou com diversos avanços importantes em várias frentes. Logo no primeiro mês, buscando reforçar ainda mais nossa governança, transformamos a empresa em S.A.; instituímos um Conselho de Administração para tomada das principais decisões; criamos quatro comitês estratégicos, com objetivo de controle, fiscalização e suporte às decisões do Conselho; e fomos reconhecidos com premiações nas áreas de Governança, de Recursos Humanos e de empresa com a melhor atuação no mercado livre de energia. Adicionalmente, alteramos nossa razão social para Trinity Energias Renováveis, que vai ao encontro da estratégia do grupo em se tornar um dos principais geradores de energia renovável do país.

Em 2022 iniciamos nosso plano de investimentos em geração de energia renovável, tendo como objetivo chegar a 100MWp de potência instalada, com investimentos programados em torno de R\$ 500 milhões até 2026. A meta inicial de 13 MWp, foi amplamente superada através dos esforços da equipe montada para antecipar o objetivo final. Concluímos a UFV Bom Sucesso, nossa primeira usina solar, com potência de 6,4 MWp, iniciada em 2021 e localizada em Bom Sucesso-MG. Ainda em Minas Gerais, começamos a construção dos projetos de Mateus Leme I

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.738	11.415	38.717	11.912
Contas a receber	5	69.318	131.424	69.821	131.892
Impostos a recuperar		301	30	355	85
Valor justo dos contratos de energia	20.b	143.831	71.676	143.831	71.676
Outros ativos	6	5.835	3.187	12.706	3.445
		256.024	217.732	265.431	219.009
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	20.b	80.505	38.098	80.505	38.098
Ativo fiscal diferido		518	-	518	-
Partes relacionadas	7	1.225	-	-	-
Outros ativos	6	-	-	-	-
		82.248	38.359	83.271	38.359
Investimento	8	31.297	3.763	-	-
Imobilizado	9	3.236	1.944	122.027	10.720
Intangível	-	-	1.421	-	1.421
		34.533	7.128	122.027	12.141
Total do ativo		372.805	263.218	470.729	269.508

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Fornecedores	10	60.918	135.004	61.854	140.756
Empréstimos	11	-	-	3.040	-
Obrigações tributárias	12	4.060	1.892	4.447	2.223
Obrigações trabalhistas	-	381	292	382	293
Partes relacionadas	7	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	20.b	134.887	61.314	134.887	61.314
Dividendos propostos	16.b	2.066	-	2.159	-
Outros passivos	13	27.585	4.446	28.304	4.607
		229.897	202.989	235.073	209.193
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	20.b	75.932	38.258	75.932	38.258
Passivo fiscal diferido	14.b	5.722	3.835	5.722	3.835
Outras contas a pagar	13	-	-	7.455	-
Empréstimos	11	-	-	85.287	-
Participações societárias a descoberto	8	-	-	-	81
		81.655	42.093	174.398	42.174
Patrimônio líquido	16				
Capital social		38.760	3.678	38.760	3.678
Transação de Capital		219	219	219	219
Reserva de lucros		22.274	14.241	22.274	14.241
		61.253	18.138	61.253	18.138
Participação de não controladores		-	-	5	4
Total do patrimônio líquido		61.253	18.138	61.258	18.142
Total do passivo e patrimônio líquido		372.805	263.218	470.729	269.508

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Consolidado			
	Nota	Capital social	Transações de capital	Reserva legal
Saldo em 31 de dezembro de 2020		15.000	219	8.183
Redução do Capital Social		(11.322)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	12.310
Transferência para reserva de lucros		-	-	(6.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		3.678	219	14.241
Aumento do capital social	16	35.082	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(1.941)
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Transferência de reserva legal		-	-	650
Dividendos obrigatórios		-	-	-
Transferência para reserva de lucros		-	-	9.324
Saldo em 31 de dezembro de 2022		38.760	219	61.253

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Consolidado			
	Nota	Reserva de lucros líquidos / (prejuízos) acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		23.402	1	23.403
Lucro líquido do exercício		(11.322)	-	(11.322)
Distribuição de dividendos		12.310	90	12.400
Transferência para reserva de lucros		(6.252)	(87)	(6.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		18.142	4	18.142
Aumento do capital social		35.082	-	35.082
Distribuição de dividendos		(1.941)	-	(1.941)
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Transferência de reserva legal		-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-
Transferência para reserva de lucros		(2.064)	(94)	(2.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		61.253	4	61.258

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de outubro de 2012, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas nº 134, 12º andar; Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-000.

Tem por objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica no mercado livre, tanto no atacado quanto no varejo, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica; (ii) a intermediação da compra, venda, importação e exportação de energia elétrica; (iii) a prestação de serviços de assessoria empresarial; (iv) o comércio varejista de energia elétrica; e (v) a geração de energia elétrica, sendo autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica para comercialização de energia elétrica por meio do Despacho nº 368, de 18 de fevereiro de 2013, organizada e regida nos termos do presente Estatuto Social e das demais disposições aplicáveis.

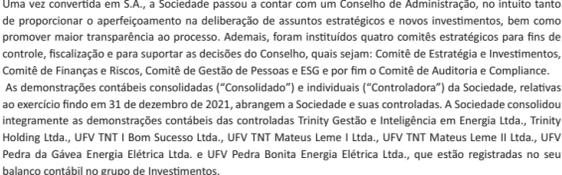
A principal atuação apenas na comercialização e na prestação de serviços de gestão em energia, a Sociedade iniciou, em 2021, a prospecção de projetos de geração de energia de fontes renováveis em geração distribuída, estruturando uma área para avaliação, administração e controle dos sites que serão construídos ou adquiridos nos próximos anos, culminando com a aquisição de projetos localizados em Minas Gerais (UFV TNT I Bom Sucesso Ltda., UFV TNT Mateus Leme I Ltda. e UFV TNT Mateus Leme II Ltda.) e no Rio de Janeiro (UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda. e UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.), todos com início de operação em 2023.

No mesmo ano deverão ainda ser implantados ao menos oito projetos na região Nordeste, além de um projeto adicional no Rio de Janeiro, consolidando a Sociedade como um dos players mais relevantes do país no segmento de geração distribuída.

Em janeiro de 2022, o tipo jurídico da Trinity foi alterado de sociedade limitada para sociedade por ações, viabilizando a entrada da Espardete Energias Renováveis, Empreendimentos e Participações S.A. como sócio investidor, mediante subscrição de novas ações ordinárias. A alteração culminou no aumento do Capital Social para R\$ 38.759.913,92 (trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e treze reais e novecentos e dois centavos), o que trouxe maior robustez financeira à Companhia e proporcionou a aquisição e implantação de novos projetos de geração de energia elétrica.

Uma vez convertida em S.A., a Sociedade passou a contar com um Conselho de Administração, no intuito tanto de proporcionar o aperfeiçoamento na deliberação de assuntos estratégicos e novos investimentos, bem como promover maior transparência ao processo. Ademais, foram instituídos quatro comitês estratégicos para fins de controle, fiscalização e para suportar as decisões do Conselho, quais sejam: Comitê de Estratégia e Investimentos, Comitê de Finanças e Riscos, Comitê de Gestão de Pessoas e ESG e por fim o Comitê de Auditoria e Compliance.

As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, abrangem a Sociedade e suas controladas. A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações contábeis das controladas Trinity Gestão e Inteligência em Energia Ltda., Trinity Holding Ltda., UFV TNT I Bom Sucesso Ltda., UFV TNT Mateus Leme I Ltda., UFV TNT Mateus Leme II Ltda., UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda. e UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda., que estão registradas no seu balanço contábil no grupo de Investimentos.



UFV Pedra Bonita - Itaguaí/RJ
 A UFV Pedra Bonita está localizada no município de Itaguaí/RJ, com 5,0 MW de potência de conexão e 6,4 MWp de potência pico. As obras da usina encontram-se finalizadas com previsão de energiação em março de 2023.

UFV Pedra da Gávea - Seropédica/RJ
 A UFV Pedra da Gávea está localizada no município de Seropédica/RJ, com 5,0 MW de potência de conexão e 6,6 MWp de potência pico. A usina encontra-se em fase avançada de construção, com previsão de energiação em maio de 2023.

UFV Cambuí
 A UFV Cambuí está localizada no município de Cambuí/MG, com 2,5 MW de potência de conexão e 3,2 MWp de potência pico. As obras da usina encontram-se finalizadas com previsão de energiação em março de 2023.

UFV Pedra Santa
 A UFV Pedra Santa está localizada no município de Pedra Santa/MG, com 2,5 MW de potência de conexão e 3,2 MWp de potência pico. As obras da usina encontram-se finalizadas com previsão de energiação em março de 2023.

UFV's MATEUS LEME I e II
 O projeto de Mateus Leme é composto por duas usinas solares fotovoltaicas localizadas no município de Mateus Leme/MG, que totalizam 4,9 MW de potência de conexão e 6,8 MWp de potência pico. Atualmente, Mateus Leme I está com as obras 100% finalizadas e pronta para energiação, apenas aguardando a conclusão das obras da rede de distribuição pela concessionária local (CEMIG), que deve ocorrer em fevereiro de 2023. Já Mateus Leme II está em fase inicial de construção, com previsão de entrega em maio de 2023.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota explicativa	Controladora	2022	2021	Consolidado
Receita operacional líquida	17	1.345.279	1.248.815	1.355.998	1.259.046
Custo da energia comercializada	18	(1.324.094)	(1.232.426)	(1.324.094)	(1.232.426)
Resultado do valor justo de contratos de energia	20.b	3.315	892	3.315	892
Lucro bruto		24.500	17.280	35.219	27.512
Recargas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas	18	(17.733)	(11.504)	(18.957)	(11.801)
Resultado de equivalência patrimonial	8	7.553	8.758	-	-
Outras (despesas)/receitas	18	(1.429)	(93)	(1.424)	(31)
Lucro antes do resultado financeiro		12.892	14.442	14.838	15.680
Receitas financeiras	19	2.860	243	3.090	274
Despesas financeiras	19	(1.678)	(266)	(2.481)	(282)
Resultado financeiro		1.180	(23)	610	(7)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		14.072	14.418	15.449	15.672
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	14.a	(663)	(1.468)	(1.946)	(2.633)
Diferido		(1.370)	(639)	(1.370)	(639)
		(2.034)	(2.107)	(3.316)	(3.272)
Lucro líquido do exercício		12.038	12.310	12.133	12.400
Atribuível a:					
Atribuído aos controladores		-	-	-	-
Atribuído aos não controladores		-	-	95	90
		-	-	-	12.133
Quantidade por ações (mil)		4.807	3.678	-	-
Lucro/(prejuízo) por ações - R\$		2,50	3,35	-	-

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota explicativa	Controladora	2022	2021	Consolidado
Total do resultado abrangente do exercício		12.038	12.310	12.133	12.400
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		12.038	12.310	12.133	12.400
Atribuível a:					
Controlador		-	-	-	-
Participações dos não controladores		-	-	95	90
		-	-	-	12.133

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		12.038	12.310	12.133	12.400
Ajustes que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização		6	145	6	145
Resultado do valor justo de contratos de energia		(3.315)	(892)	(3.315)	(892)
Tributos diferidos		1.370	639	1.370	639
Baixa de ativo intangível		1.421	498	1.421	498
Outros resultados com investimentos		6	(86)	-	(86)
Equivalência patrimonial		(7.553)	(8.758)	-	-
		3.972	3.856	11.615	12.705

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Contas a receber		64.844	(10.546)	64.810	(10.601)
Impostos a recuperar		(271)	-	(270)	29
Outros ativos		(5.125)	(1.179)	(3.986)	(1.437)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo					
Fornecedores		(74.127)			



TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S. A. CNPJ/ME Nº 17.077.752/0001-53 - NIRE 35.300.544.665

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis:

(I) Participação de acionistas não-controladores

A Sociedade elegue mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Sociedade obteve o controle até a data em que o controle deixou de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceitos de materialidade	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28 (CPC 18) (R2)	Venda ou contribuição de Ativos entre um investidor e suas Coligadas ou Joint Venture.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e bancos	8	16	9	16
Aplicações financeiras	36.730	11.399	38.709	11.896
	36.738	11.415	38.717	11.912

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras de primeira linha, o que não denota expectativas de risco de perdas com estes instrumentos financeiros, remuneradas pela taxa média de 105 % de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em aplicações em CDB e 89 % em aplicações em compromissada, de acordo com os contratos firmados pelas Sociedades e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; dessa forma consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Não faturados (1)	65.533	128.564	65.533	128.564
Faturados	1.047	1.704	1.549	2.172
Liquidação CCEE (2)	2.738	1.156	2.738	1.156
	69.318	131.424	69.821	131.892

(1) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e recebido no mês subsequente. (2) Os valores a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou (CCEE), referem-se a excedente de energia que foram liquidados. **Composição por vencimento dos valores a receber são como segue:**

	Controladora	
	2022	2021
A vencer	68.624	131.335
Vencidos em até 90 dias	748	288
De 91 dias a 180 dias	139	30
De 181 a 360 dias	284	30
Acima de 360 dias	26	208
	69.821	131.892

A Companhia adota como método para mensuração de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa o conceito de "perdas efetivas", fundamentado no reconhecimento das perdas dadas como inconversível, não sendo este, o caso dos valores classificados em abertos a receber maiores de 180 dias.

6. Outros ativos

Outros ativos são compostos predominantemente de adiantamentos realizados para operações de energia e do fundo de liquidez (garantia) referente ao CRI.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	1.055	2.676	1.055	2.934
Adiantamento operação de energia	3.939	-	3.939	-
Valor a receber - CRI	-	-	9.109	-
Outros adiantamentos	61	261	71	261
Outros créditos - clientes em recuperação judicial	728	-	728	-
Outros créditos - clientes acordo extrajudicial	52	511	52	511
	5.835	3.448	14.954	3.706
Ativo circulante	5.835	3.187	5.854	3.445
Ativo não circulante	-	261	2.248	261
	5.835	3.448	14.954	3.706

7. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
UFV Bom Sucesso	1.009	-	-	-
UFV Mateus Leme I	180	-	-	-
UFV Mateus Leme II	16	-	-	-
UFV Pedra Bonita	10	-	-	-
UFV Pedra da Gávea	10	-	-	-
	1.225	-	-	-

Os valores referentes a partes relacionadas ficaram como saldo entre as empresas indicadas e a Trinity Renováveis.

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa distribuiu lucros aos seus administradores no montante de R\$ 1.941. A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui pró-labore e benefícios no montante R\$ 2.667 em 31 de dezembro de 2022.

8. Investimentos

a) Composição

Saldo em aberto:	31.12.2022	31.12.2021
Trinity Holding Ltda.	(24)	(10)
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	116	423
UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.	10.546	3.351
UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	6.357	-
UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	5.288	-
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	7.560	-
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.	1.454	-
	31.297	3.763

b) Movimentação

	31.12.2021	Aporte Investimento	Perda de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Dividendos pagos	31.12.2022
Trinity Holding Ltda.	(10)	-	(14)	-	-	(24)
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	423	(5)	9.278	-	(9.580)	116
UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.	3.351	8.039	(844)	-	-	10.546
UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	-	6.603	(246)	-	-	6.357
UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	-	5.618	-	(330)	-	5.288
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	-	7.563	-	(2)	-	7.560
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.	-	1.743	-	(289)	-	1.454
	3.763	29.566	(5)	7.553	(9.580)	31.297

c) Controladas

Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Trinity Holding Ltda.	58	82	(24)	(14)
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	521	405	116	936
UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.	35570	25024	10546	(844)
UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	36857	30499	6358	(246)
UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	34051	28762	5289	(329)
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	8419	858	7561	(2)
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.	13203	11750	1453	(289)

9. Imobilizado

a) Composição

Composição:	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 2022	Imobilizado líquido 2021
UFV Bom Sucesso (Em andamento)	-	33.700	-	33.700	8.776
UFV Pedra da Gávea (Em andamento)	-	29.585	-	29.585	-
UFV Pedra Bonita (Em andamento)	-	27.432	-	27.432	-
UFV Mateus Leme I (Em andamento)	-	12.369	-	12.369	-
UFV Mateus Leme II (Em andamento)	-	7.540	-	7.540	-
Arrendamentos - (Usinas)	-	8.491	(326)	8.164	-
Projeto Solar - (Controladora)	-	2.140	-	2.140	1.300
Outros	-	2.327	(1.230)	1.097	645
		123.584	(1.556)	122.027	10.721

b) Movimentação

	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Depreciação do exercício	Saldo em 2022
UFV Bom Sucesso (Em andamento)	8.776	24.924	-	-	33.700
UFV Pedra da Gávea (Em andamento)	-	-	-	-	29.585
UFV Pedra Bonita (Em andamento)	-	-	-	-	27.432
UFV Mateus Leme I (Em andamento)	-	-	-	-	12.369
UFV Mateus Leme II (Em andamento)	-	-	-	-	7.540
Arrendamentos - Usinas	-	8.491	-	(326)	8.164
Projeto Solar - controladora	1.300	840	-	-	2.140
Outros - controladora	645	1.215	0	(762)	1.096
	10.721	35.469	0	(1.088)	122.027

c) Composição de gastos das UFV's e projeto solar

Imobilizado UFV'S	Descrição	Valor
Módulos e Inversores		52.392
Prestação de Serviços		11.637
Capitalização de gastos financeiros		11.150
Estrutura de fixação		8.771
Estrutura tracker		5.230
Cabine de Medição		5.140
Material Construção		4.479
Cabos		4.151
Projeto Solar - controladora		2.140
Transformador		1.557
Inversores		1.481
QGBT		1.351
Outros		1.198
Transformadores		871
Painel Elétrico		370
Tarifa Bancária		318
Quadro de Proteção		310
Arrendamento		221
Total		112.766

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão por competência	58.853	127.376	58.853	127.376
Faturados	2.064	7.669	3.000	13.380
	60.918	135.044	61.854	140.756

O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e liquidado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

11. Empréstimos

a) Composição

	31.12.2022	31.12.2021	Vencimento	Taxa de juros
CCB BDMG - Bom Sucesso	22.007	-	10/01/2032	3,70 % a.a. + Selic
CCB BDMG - Mateus Leme I	10.699	-	10/10/2034	3,75 % a.a. + Selic
CRI - Pedra Bonita	26.890	-	28/05/2032	8,50 % a.a. + IPCA
CRI - Pedra da Gávea	28.650	-	28/05/2032	8,50 % a.a. + IPCA
Holding	81	-	31/12/2024	6,00% a.a.
	88.327	-		
Circulante	3040	-		
Não circulante	85.207	-		

b) Movimentação

	31/12/2022	Juros (pagamento principal)	Fundo liquidize	Custo da Operação	Juros	Principal	31/12/2021
CCB BDMG - Bom Sucesso	22.007	(2.092)	-	-	2.899	21.200	-
CCB BDMG - Mateus Leme I	10.699	(199)	-	-	298	10.600	-
CRI - Pedra Bonita	26.890	-	-	1.088	2.747	1.290	21.765
CRI - Pedra da Gávea	28.650	-	-	1.160	2.927	1.375	23.188
Holding	81	-	-	-	-	-	81
	88.327	(2.291)	-	2.248	5.674	5.862	76.834

c) Fluxo de pagamento (data base)

	2023	2024	2025 à 2034	Total
Período	3.040	5.857	79.431	88.327

d) Previsão total de pagamento

Fluxo de caixa (VF)	2023	2024	2025 à 2034	Total
Fluxo de caixa	11.146	17.256	144.039	172.441

e) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade para todos os ativos e passivos vinculados a taxa de juros	Cenário real	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações	4.783	3.587	2.391
Dívidas	84.114	95.226	106.404

f) Garantias, fianças e covenants

Operações de crédito BDMG:
Garantias:
 Para fins de alavancagem do Projeto UFV Bom Sucesso e UFV Mateus Leme, foram formalizadas 3 CCB's, junto ao BDMG, sendo ofertado em garantia ao integral cumprimento das obrigações contraídas: (i) alienação fiduciária parcial dos equipamentos instalados; (ii) alienação fiduciária dos recebíveis inerentes a energia elétrica gerada pelas Usinas; (iii) Carta Fiança corresponde a 50% do crédito, exigível apenas durante o período de carência.
Fianças:
 Além das garantias ofertadas, respectivas CCB's foram avaliadas pela Controladora das Emitentes, Trinity Energias Renováveis S.A., bem como por seu Diretor e Acionista, Sr. João Alberto Bertin Sanches.

Covenants:
 (i) Não alterar controle acionário da Emitente; (ii) Utilizar os recursos exclusivamente para os fins contratados; (iii) Não inadimplir quaisquer tributos, impostos, taxas, incidente sobre as Notas Comerciais, imóvel e projeto; (iv) Não praticar atos vedados pela Lei de Anticorrupção e legislação ambiental (v) Não alienar/onerar/ceder as Garantias; (vi) Não remover os bens alienados fiduciariamente da localidade indicada na garantia; (vii) Não deixará os equipamentos alienados fiduciariamente sem devida manutenção e reparação, tampouco desprovidos de seguros; (viii) Não inadimplir e/ou sofrer protestos de valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); (viii) Não discutir, seja litigiosa, judicial, arbitral ou administrativo pelas sociedades do Grupo Econômico, da Emissora e/ou a Fiadora, relativamente a validade, eficácia das obrigações objeto da Escritura de Emissão, incluindo a Fiança, e dos demais documentos da Emissão; (ix) Não inadimplir quaisquer tributos, impostos, taxas, especialmente incidente sobre as Notas Comerciais; (x) Não alterar do Contrato de Locação sem autorização prévia; (xi) Não praticar atos vedados pela Lei de Anticorrupção, legislação ambiental, ordem tributária, lavagem de dinheiro, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou prostituição; (xii) Não realizar mútuos com entre Emitente e Fiadora, exceto se eventuais mútuos forem realizados para a Fiadora exclusivamente para reembolso das de despesas originárias da Emitente; (xiii) Não distribuir, pela Emissora, qualquer modalidade de distribuição lucros, até a data de início das Operações das Usinas; (xiv) Não abandonar total ou parcial do projeto da Usina; (xv) Não constituir por meio da Emissora e/ou a Fiadora quaisquer Ônus sobre as Garantias; (xvi) garantir obtenção e vigência das licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás; (xvii) Não alterar a estrutura de contratos para realização da operação, incluindo, mas não se limitando aos Documentos da Oferta e os Contratos de Locação; (xviii) Não adotar ou implementar qualquer plano de opção de compra de participações societárias nas SPEs, incluindo eventuais planos direcionados a diretores, administradores e demais colaboradores das SPEs e/ou de suas sociedades controladas; (xix) Não realizar operações fora do objeto social das SPEs; (xx) Não criar quaisquer espécies de reservas não decorrentes de leis; (xxi) Não constituir garantias fidejussórias ou reais pelas SPEs;

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)					Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)					
Nota explicativa	2022		2021		Nota explicativa	2022		2021		Nota explicativa	2022		2021		
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21		2022	2021	2022	2021	
Ativo Circulante					Receita líquida de vendas e serviços	23	747.273	583.384	823.817	651.893	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa e equivalentes de caixa	4	86.526	60.470	94.741	24	(479.867)	(377.966)	(534.716)	(424.792)	60.054	167.586	60.054	167.586		
Aplicações financeiras	5	34.299	16	34.299	9	267.406	205.418	259.610	10.846						
Contas a receber de clientes	6	126.789	108.826	127.640	10	2.000	2.000	2.000	2.000						
Estoque	7	176.214	132.017	205.371	11	(16.903)	13.600	-	-						
Impostos e contribuições a recuperar	8	24.142	10.045	24.706	12	(129.193)	(102.199)	(129.193)	(102.199)						
Ativos biológicos	9	-	-	63.749	13	(60.883)	(67.432)	(67.531)	(73.094)						
Outras contas a receber		7.624	6.195	10.699	14	(207.576)	(132.044)	(924)	(131.688)						
Total do ativo circulante		455.594	317.569	561.205	15	10.811	4.534	96.948	53.514						
Ativo não circulante					16	9.747	5.026	55.592	45.705						
Realizável a longo prazo:					17	1.232	2.969	1.272	2.969						
Impostos e contribuições a recuperar	8	37.404	132.857	37.413	18	4.039	5.067	4.071	5.248						
Depósitos judiciais	20	51.615	47.444	51.644	19	83.791	85.176	83.791	85.176						
Partes relacionadas	19	10.189	13.616	414	20	4.039	5.067	4.071	5.248						
Estoque	7	-	-	-	21	65.768	70.999	215.282	186.716						
Precatórios a receber	10	29.121	27.830	29.121	22	116.850	227.362	116.850	227.362						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	3.093	23	712.516	666.547	712.516	666.547						
Outras contas a receber		2.615	2.488	4.119	24	380.377	269.865	380.377	269.865						
Investimentos em controladas	11	145.108	162.011	-	25	26.010	12.456	32.760	13.733						
Imobilizado	12	186.197	172.283	415.615	26	(6.089)	(2.029)	(23.336)	(9.195)						
Direito de uso de ativos	13	13.958	7.979	68.033	27	19.921	10.427	9.424	4.338						
Intangível	14	443	502	802	28	(31.913)	(5.887)	(34.906)	(6.811)						
Total do ativo não circulante		476.650	567.012	610.254	29	79.772	191.858	71.267	198.877						
Total do ativo		932.244	884.581	1.171.459	30	60.054	167.586	60.054	167.586						
Passivo e patrimônio líquido					31	16.903	13.600	-	-						
Emprestimos, financiamentos	15	4.099	2.912	25.549	32	(129.193)	(102.199)	(129.193)	(102.199)						
Arrendamento a pagar	13	4.006	2.905	13.157	33	(60.883)	(67.432)	(67.531)	(73.094)						
Fornecedores	16	62.063	36.860	116.639	34	(207.576)	(132.044)	(924)	(131.688)						
Obrigações sociais	17	18.585	17.858	20.644	35	59.851	181.431	61.843	194.342						
Obrigações fiscais	18	40.901	34.469	42.793	36	26.010	12.456	32.760	13.733						
Partes relacionadas	19	14.085	40.527	14.085	37	(6.089)	(2.029)	(23.336)	(9.195)						
Outras contas a pagar	19	9.979	11.504	10.552	38	19.921	10.427	9.424	4.338						
Total do passivo circulante		153.960	147.035	243.661	39	79.772	191.858	71.267	198.877						
Ativo não circulante					40	10.811	4.534	96.948	53.514						
Emprestimos, financiamentos	15	10.811	4.534	96.948	41	(129.193)	(102.199)	(129.193)	(102.199)						
Arrendamento a pagar	13	9.747	5.026	55.592	42	(60.883)	(67.432)	(67.531)	(73.094)						
Obrigações sociais	16	1.232	2.969	1.272	43	(207.576)	(132.044)	(924)	(131.688)						
Outras contas a pagar	19	4.039	5.067	4.071	44	59.851	181.431	61.843	194.342						
Patrimônio líquido					45	26.010	12.456	32.760	13.733						
- Capital social		380.377	269.865	380.377	46	(6.089)	(2.029)	(23.336)	(9.195)						
- Reservas		(1)	(1)	(1)	47	19.921	10.427	9.424	4.338						
- Lucros acumulados		10.291	8.192	10.291	48	79.772	191.858	71.267	198.877						
- Ajuste de avaliação patrimonial		83.791	85.176	83.791	49	(31.913)	(5.887)	(34.906)	(6.811)						
- Lucros de lucros		121.208	75.953	121.208	50	26	(6.089)	(2.029)	(23.336)						
- Lucros a disposição da assembleia		22	116.850	227.362	51	19.921	10.427	9.424	4.338						
Total do patrimônio líquido		712.516	666.547	712.516	52	60.054	167.586	60.054	167.586						
Total do passivo e do patrimônio líquido		932.244	884.581	1.171.459	53	16.903	13.600	-	-						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)									
Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros							
Saldo em 31/12/2020	80.819	(1)	7.147	41.548	47.577	15.201	65.618	-	290.001
Capitalização de lucros acumulados	22.a	189.046	-	-	-	-	-	-	(189.046)
Realização do custo atribuído de dividendos	22.c	-	-	(3.936)	(13)	-	-	-	3.949
Distribuição de dividendos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(8.421)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.045	-	-	-	-	(1.045)
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	(65.618)	65.618	-
Destinação do lucro líquido: Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	8.379	-	(8.379)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	(40.528)	-	(40.528)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	52.373	-	(52.373)
Lucros a disposição da assembleia	22.d	-	-	-	-	-	(134.828)	134.828	-
Saldo em 31/12/2021	269.865	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	52.373	-	227.362
Capitalização de lucros acumulados	22.a	110.512	-	-	-	-	-	-	(110.512)
Realização do custo atribuído de dividendos	22.c	-	-	(1.372)	(13)	-	-	-	1.385
Distribuição de dividendos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(2.099)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	2.099	-	-	-	-	(2.099)
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	(52.373)	52.373	-
Destinação do lucro líquido: Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	6.004	-	(6.004)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	3.002	-	(3.002)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	94.626	-	(94.626)
Lucros a disposição da assembleia	22.d	-	-	-	-	-	94.626	-	-
Saldo em 31/12/2022	380.377	(1)	10.291	36.240	47.551	26.582	94.626	-	116.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "controladora"), sediada na cidade de Pirassununga/SP, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaca e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação na capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista. A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira/SP (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima: duas unidades para padronização e envasamento da cachaca e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 98,6% (78,8% em 2021) do total de produto acabado enviado pela unidade localizada em Pirassununga. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 61,7% (63,9% em 2021) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio LTDA, e da parte relacionada Condomínio Agropecuario Guilherme Miller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente a acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaca e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,9% (8,2% em 2021) do total enviado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 21. Participação em controladas em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
a) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. ("Vale do Xingu")	100
b) Centro da Mata - Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")	100

a) A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira/SP, e tem como atividades preponderantes: (i) plantio cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros para fornecimento à Destilaria Lageado, filial da Companhia; e (ii) exercer a atividade de prestação de serviços de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção das lavouras para o Condomínio GMFO, também no Estado de São Paulo. b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede no município de Mata, no Estado de Mato Grosso do Sul. O Centro da Mata em 2014 teve início a cessação das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado fazenda Centro da Mata, até então explorada pela cidade Vale do Xingu (cião realizado em julho de 2014) e a do projeto de exploração das atividades de grãos, aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora, ocorrida em 31/01/2014 e cronograma de implementação e flexibilização do projeto, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 28/05/2015. Em reunião do Conselho de Administração da Controladora, ocorrida em 29/11/2016, em complemento ao projeto de grãos, foi aprovada a implantação de sistema de irrigação por aspersão, cujo investimento estimado é de R\$24.000 e as obras tiveram início em 2019 com previsão de término em 2024. O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. Estima-se um período de cinco anos, a partir da primeira safra, para que se alcance esse patamar. Em 2019, foram concluídos os trabalhos de limpeza e preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha), bem como a cessação da pecuária, tendo sido totalmente eliminadas as pastagens e as instalações pecuárias. Em 2022 foi realizado plantio de soja, em uma área de 8.670ha (2021 - 8.531 ha), cuja colheita está prevista para os meses de janeiro e fevereiro de 2023. No decorrer de 2022, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 3.028 ha (2021 - 2.057 ha), (ii) algodão em uma área de 30 ha (2021 - 29 ha), (iii) feijão em uma área de 658 ha (2021 - 790 ha), cujas colheitas foram realizadas em 2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis 2.1. Declarações de Conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração de moeda de apresentação e funcional As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contrapartida paga em troca de um ativo e é apresentado em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O resumo das principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue: 2.3. Caixa e equivalentes de caixa Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Administração na contratação como disponíveis para negociação. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. Aplicações financeiras Representadas, basicamente, por cotas de fundo de investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. 2.4. Instrumentos financeiros Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Controladora e de suas controladas quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação direta e indireta atribuídos a aquisição de ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.5. Ativos financeiros Todas as compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter



Continuação			
Adições / Ajustes	13.259 (4.324)	8.935 (3.563)	
Pagamentos efetuados			
Apropriação de encargos financeiros	450	450	
Saldo em 31/12/2022	18.099 (4.346)	13.753 (2.022)	
Passivo circulante	4.006	2.905	
Passivo não circulante	13.753	5.028	
Total	17.753	7.933	
Consolidado			
Saldo em 31/12/2020	4.790	2.022	
Adições / Ajustes	42.900 (9.770)	33.130 (5.928)	
Pagamentos efetuados (*)			
Apropriação de encargos financeiros	1.151	1.151	
Saldo em 31/12/2021	68.444 (13.409)	55.032 (23.986)	
Adições / Ajustes	31.382 (8.096)	23.287 (11.035)	
Pagamentos efetuados (*)			
Apropriação de encargos financeiros	1.466	1.466	
Saldo em 31/12/2022	88.788 (20.339)	68.749 (20.21)	
Passivo circulante	13.157	9.327	
Passivo não circulante	55.592	45.702	
Total	68.749	55.032	

(*) Parte dos pagamentos efetuados pela controladora Vale do Xingu, no valor de R\$6.134 (R\$1.651 em 2021), foram feitos mediante a entrega de cana-de-açúcar ao parceiro outorgante, conforme nota explicativa nº 31.1b. Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	247	262
Jul/2025	26.617	28.284
Agosto/2025	110	138
Saldo em 31/12/2021	502	697
Adições / Ajustes	101	327
Saldo em 31/12/2022	(160)	(222)
Total	443	802

14. Intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	247	262
Adições / Ajustes	26.617	28.284
Amortização	(110)	(138)
Saldo em 31/12/2021	502	697
Adições / Ajustes	101	327
Amortização	(160)	(222)
Saldo em 31/12/2022	443	802

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável desse ativo. Para os exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indicio de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis. **15. Empréstimos e Financiamentos**

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2022	10.811	4.534
Saldo em 31/12/2022	14.910	7.446

Tipos de ação

	Controladora	Consolidado
Jun/2025	311.222	311.222
Jul/2025	456	919
ago/2025	13.890	5.707
ago/2023	-	-
mai/2027	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.910	7.446
Saldo em 31/12/2022	4.099	2.912
Saldo em 31/12/2		

Copom mantém juros básicos da economia em 13,75% ao ano

Apesar da desaceleração da economia e das pressões de parte do governo, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quinta vez seguida em que o BC não mexeu na taxa, que permanece nesse nível desde agosto do ano passado. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada

reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica, iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o indicador fe-

chou em 5,6% no acumulado de 12 meses. Desde o fim do ano passado, a inflação vem subindo por causa dos alimentos, da reversão parcial das desonerações sobre os combustíveis e de aumentos típicos de início de ano, como gastos com educação e saúde.

O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de inflação. Para 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,75% nem ficar abaixo de 1,75% neste ano.

No Relatório de Inflação

divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA fecharia 2023 em 5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras e divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,75%. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 5,89%.

A elevação da taxa Selic

ajuda a controlar a inflação. Isso porque juros maiores encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais altas dificultam a recuperação da economia. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 1% para a economia em 2023.

O mercado projeta crescimento menor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 0,88% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) neste ano.

A taxa básica de juros é usa-

da nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

PF desarticula grupo que planejava ataques contra autoridades

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quarta-feira (22) a Operação Sequaz, com o objetivo de "desarticular uma organização criminosa que pretendia realizar ataques contra servidores públicos e autoridades".

Segundo os investigadores, entre as ações planejadas pelo grupo estavam crimes como homicídio e extorsão mediante sequestro em ao menos cinco unidades federativas: Rondônia,

Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

"Os ataques poderiam ocorrer de forma simultânea, e os principais investigados se encontravam nos estados de São Paulo e do Paraná", informou, em nota, a PF.

A operação foi comentada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino, nas redes sociais.

A ação contou com a participa-

ção de 120 policiais federais para o cumprimento de 24 mandados de busca e apreensão, sete mandados de prisão preventiva e quatro mandados de prisão temporária em Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo e no Paraná. Na quarta-feira, nove prisões já foram cumpridas, segundo informações da PF.

A Operação Sequaz também foi elogiada, no Twitter, pelo senador Sérgio Moro, que seria um dos alvos dos ataques. Se-

gundo ele, o grupo criminoso em questão seria o PCC, que teve algumas das lideranças transferidas para presídios federais durante sua gestão à frente do Ministério da Justiça.

O nome da operação - Sequaz - refere-se ao ato de seguir, vigiar, acompanhar alguém, devido ao método utilizado pelos criminosos para fazer o levantamento de informações das possíveis vítimas. (Agência Brasil)

Planejamento prevê déficit primário de R\$ 107,6 bi este ano

As medidas de aumento de arrecadação e de revisão de gastos anunciadas até agora deverão fazer o déficit primário em 2023 cair de R\$ 228,1 bilhões para R\$ 107,6 bilhões, equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), divulgou na quarta-feira (22) o Ministério do Planejamento e Orçamento. O número consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento e é publicado a cada dois meses.

A estimativa é um pouco pior que a do Ministério da Fazenda. Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica tinha divulgado que a previsão de déficit ficaria em R\$ 99,01 bilhões. O déficit primário é o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública.

O relatório também trouxe um pequeno contingenciamento (bloqueio) de R\$ 910 milhões nos gastos discricionários (não obrigatórios). O bloqueio poderia ser maior se o governo não tivesse revisado para baixo as projeções de despesas obrigatórias em R\$ 9,7 bilhões em relação ao sancionado no Orçamento de 2023.

Em relação aos gastos obrigatórios, foram revisadas para baixo as estimativas de gastos com o Bolsa Família (-R\$ 7 bilhões), decorrente da atualização do cadastro e da eliminação de fraudes, e com os benefícios da Previdência Social (-R\$ 5,8 bilhões).

No entanto, projeções para outros gastos foram elevadas, como R\$ 4,1 bilhões em créditos extraordinários e R\$ 3 bilhões para cumprir a segunda fase da Lei Aldir Blanc, que prevê ajuda a projetos culturais afetados pela pandemia de covid-19. Ao somar os gastos obrigatórios

e discricionários, as despesas totais foram revisadas para baixo em R\$ 10,6 bilhões.

Receitas

Do lado das receitas, o relatório elevou em R\$ 110 bilhões a estimativa de arrecadação de receitas líquidas para este ano em relação ao valor original do Orçamento de 2023. A principal mudança veio da elevação da estimativa de arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com R\$ 54,6 bilhões extras.

Em seguida vem o repasse ao Tesouro Nacional de R\$ 26 bilhões das cotas do antigo fundo do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), autorizada pela Emenda Constitucional da Transição. Esse fundo, que vigorou de 1971 a 1988, recebia recursos destinados a trabalhadores. Apesar de diversas campanhas do governo nos últimos seis anos, cerca de 10 milhões de trabalhadores ainda não sacaram os recursos.

Também foram revisadas para cima as estimativas de arrecadação do Imposto de Renda (+R\$ 18,7 bilhões) e de R\$ 9,2 bilhões do PIS/Pasep.

Teto de gastos

O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas prevê uma folga de R\$ 13,6 bilhões no teto de gastos, que será em breve substituído por uma nova regra fiscal. O teto seria estourado neste ano, mas a Emenda Constitucional da Transição, promulgada no fim do ano passado, retirou do limite de gastos R\$ 145 bilhões do Bolsa Família e até R\$ 23 bilhões em investimentos, caso haja excesso de arrecadação. (Agência Brasil)

Rosa Weber promete análise de marco temporal no primeiro semestre

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, prometeu, durante visita a uma aldeia indígena, que o julgamento sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas será retomado ainda no primeiro semestre.

Como presidente da Corte, cabe a Rosa Weber elaborar a pauta de julgamentos do plenário. O caso é discutido em um recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, isto é, que servirá de parâmetro para todos os outros processos semelhantes.

Ao visitar a Aldeia Paraná, do povo Marubo, no Vale do Javari (AM), a ministra ouviu queixas e pedidos dos indígenas. Em documento elaborado pela União dos Povos Indígenas do

Vale do Javari (Unijava), e lido pelas lideranças, foi solicitado que o Supremo resolva a questão do marco temporal.

"Pedimos que o Supremo Tribunal Federal adote a correta interpretação da Constituição Federal, que garante que o governo federal proteja nosso território. Antes de 1500 a gente já estava aqui, não podemos estar submetidos a um marco temporal", diz o documento. "A não aprovação da tese do marco temporal é importante para a manutenção dos direitos conquistados pelo movimento indígena ao longo da história", acrescenta o texto.

De acordo com o Supremo, Rosa Weber ouviu dos indígenas sobre ameaças de morte por par-

te de garimpeiros. "Eles agradeceram a presença do Estado na aldeia, afirmaram ter um grande respeito pelo STF, mas pediram que a Corte faça com que os direitos indígenas sejam efetivados na prática", diz nota do tribunal.

Em janeiro, a presidente do STF já havia indicado que colocaria o tema do marco temporal em julgamento ainda durante sua permanência no cargo. Ela se aposentou em outubro, ao completar 75 anos, quando atinge a idade para aposentadoria compulsória.

No julgamento, os ministros discutem a tese, defendida por proprietários de terras, de que os indígenas somente teriam direito aos territórios que estavam efetivamente ocupados no dia 5

de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que já estavam em disputa judicial nesta época.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da TI é questionada pela procuradoria do estado.

O placar do julgamento está empatado em 1 a 1. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Já o ministro Nunes Marques abriu divergência a favor do marco temporal para limitar a expansão de terras indígenas no país. (Agência Brasil)

Cerrado pode perder quase 34% da água até 2050

O Cerrado pode perder 33,9% dos fluxos dos rios até 2050, caso o ritmo da exploração agropecuária permaneça com os níveis atuais. Diante da situação, autoridades e especialistas devem dedicar a mesma atenção que reservam à Amazônia, uma vez que um bioma inexistente sem o outro. O alerta para situação é do fundador e diretor executivo do Instituto Cerrados, Yuri Botelho Salmons. Na terça-feira (22), foi celebrado o Dia Mundial da Água, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Salmons mensurou o efeito da apropriação da terra para monoculturas e pasto, que resultou em artigo publicado na revista científica internacional Sustainability. A pesquisa contou com o apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN). Ao todo, foram analisadas 81 bacias hidrográficas do Cerrado, no período entre 1985 e 2022. Segundo o levantamento, a diminuição da vazão foi constatada em 88% delas em virtude do avanço da agropecuária.

A pesquisa indica que o cultivo de soja, milho e algodão, assim como a pecuária, têm influenciado o ciclo hidrológico. O estudo também evidencia que mudanças do uso do solo provocam a redução da água em 56% dos casos. O restante (44%) está associado a mudanças climáticas.

"Quando eu falo de mudança de uso de solo, a gente está, no final das contas, falando de desmatamento e o que você coloca em cima, depois que você desmata", disse Salmons, em entrevista à Agência Brasil. Segundo o pesquisador, o oeste da Bahia é um dos locais onde o cenário tem mais se agravado.

Quanto às consequências climáticas, o pesquisador explica que se acentua a chamada evapotranspiração potencial. Salmons explicou ainda que esse é o estudo com maior amplitude já realizado sobre os rios do Cerrado.

"O que está aumentando é a radiação solar. Está ficando mais quente. Você tem mais incidência, está ficando mais quente e você tem maior evaporação do vapor, da água, e é aí em que a mudança climática está atuando, muito claramente, de forma generalizada, no Cerrado. Em algumas regiões, mais fortes, como o Maranhão, Piauí e o oeste da Bahia, mas é geral", detalhou.

Outro fator que tem sofrido alterações é o padrão de chuvas. Conforme enfatizou Salmons, o que se observa não é necessariamente um menor nível pluviométrico.

"A gente viu que lugares onde

está chovendo menos não é a regra, é a exceção. O que está acontecendo muito é a diminuição dos períodos de chuva. O mesmo volume de água que antes caía em quatro, cinco meses está caindo em dois, três. Com isso, você tem uma menor capacidade de filtrar essa água para um solo profundo e ele ficar disponível em um período seco", comentou.

Uma das razões que explica o efeito de reação em cadeia ao se desmatar o cerrado está no fato de que a vegetação do bioma tem raízes que se parecem com buchas de banho, ou seja, capazes de armazenar água. É isso que permite, nos meses de estiagem, que a água retida no solo vaze pelos rios. Segundo o pesquisador, em torno de 80% a 90% da água dos rios do bioma tem como origem a água subterrânea. (Agência Brasil)

"A gente viu que lugares onde

rece 24 horas de programação cultural, tecnológica e inovadora para promover a convivência harmônica em espaços públicos e digitais e, assim, incentivar a

população a se relacionar com a cidade de forma criativa. Os interessados devem enviar suas propostas até 22 de abril.

As ações promovidas buscam ampliar o debate sobre novas possibilidades de interação entre os cidadãos e os mundos real e virtual, que poderão conhecer este último por meio do metaverso.

AGRO CARTOON **PICAZO**

VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM FEVEREIRO FOI DE US\$ 9,9 BILHÕES
DETAQUES PARA: MILHO, CELULOSE, FARELO E ÓLEO DE SOJA E CARNE DE FRANGO

DESENHO: REPRODUÇÃO / INTERNET

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Cultura publica Edital da Virada Cultural do Metaverso 2023

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, anuncia a 1ª edição da "Virada Cultural do Metaverso - 2023". A iniciativa ofere-

rece 24 horas de programação cultural, tecnológica e inovadora para promover a convivência harmônica em espaços públicos e digitais e, assim, incentivar a

população a se relacionar com a cidade de forma criativa. Os interessados devem enviar suas propostas até 22 de abril.

As ações promovidas buscam

Lembre sempre de lavar as mãos